

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Viviane Gentil ¹

Viviane Kanitz Gentil ²

Miriam Pires de Correa Lacerda ³

Resumo:

O presente artigo objetiva apresentar uma breve reflexão sobre as políticas educacionais que envolvem a expansão da educação superior brasileira, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 -2002) e no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Apresentamos dois modelos de políticas públicas expansionistas, baseadas em perfis distributivos e inclusivos, que contribuíram de forma significativa e distinta para expansão e acesso a educação superior brasileira (1995-2010). Metodologia delineado pela abordagem qualitativa, propondo um estudo de caso. Em geral, é possível afirmar que ambos os governos promoveram esforços na busca pela ampliação do ensino superior no país, sendo o governo FHC, a partir do estímulo a instituições privadas de ensino superior, enquanto Lula, sobretudo a partir do fortalecimento das instituições públicas federais.

Palavras-chave: Educação superior; Expansão; políticas públicas

Modalidade de Participação: Pesquisador

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

¹ Técnico Administrativo em Educação. vivianegentil@unipampa.edu.br. Autor principal

² Técnico Administrativo em Educação. vivianegentil@unipampa.edu.br. Apresentador

³ Outro. miriam.p.c.lacerda@gmail.com. Co-autor



EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetivamos apresentar uma breve reflexão sobre as políticas educacionais que envolvem a expansão da educação superior brasileira, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 -2002) e no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao tratarmos da política educacional, resgatamos as palavras de Höfling (2001) considerando que o Estado deve ter como prioridade programas de ação universalizantes e, assim, possibilitar conquistas e transformações sociais. A educação, em especial a educação superior, tem lugar de destaque nos processos de transformação social, alocada como meio de impulsão tecnológica e como ferramenta de desenvolvimento social e econômico. Ela pode ser também abordada como política pública estratégica, dentro de uma perspectiva onde, por meio de políticas educacionais efetivas, a sociedade possa minimizar seus aspectos excludentes e restritivos. No quadro das significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, se enquadra o movimento de reforma educacional realizado por várias nações. Como consequência destes movimentos, os sistemas de educação superior brasileiros vêm permanentemente passando por modificações em suas políticas de financiamento, avaliação, padrões de qualidade, formação, pesquisa, pós-graduação, prestação de contas e gestão das Instituições de Ensino Superior (IES).

2. METODOLOGIA

A abordagem adotada neste estudo é qualitativa, por considerá-la particularmente útil na investigação educacional. A estratégia de pesquisa, caracteriza-se como um estudo de caso fazendo uso dos princípios da análise documental, além de dados estatísticos e legislações federais que permitiram compreender o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil no período de 1995 a 2010. Ao propormos análise desse contexto, é fundamental pontuarmos que compreendemos, assim como Azevedo (1997), que as políticas públicas constituem o “Estado em ação”. Revelam o projeto de sociedade em implantação e devem ser compreendidas num contexto amplo e complexo, que podem sofrer diferentes influências, o que afeta um conjunto de indivíduos e organizações em um determinado espaço e tempo através da ação do Estado.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

No Brasil, a década de 1990, foi marcada pela implementação de reformas educacionais, permeadas pelo advento, em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que segundo Cunha (2007), registrou pela primeira vez na legislação brasileira a possibilidade de lucro para instituições privadas, o que trouxe enormes reflexos, fomentando consequentemente o crescimento significativo de estabelecimentos privados, em detrimento das instituições públicas. Paralelo a este contexto despontava no Brasil, de forma vigorosa, as ideias neoliberais decorrentes das políticas públicas do governo do presidente FHC (1995-2002), que visavam uma profunda Reforma no Estado. Destacamos que as reformas do Estado Brasileiro, de acordo com Chauí (2003), provocaram mudanças na universidade pública, de forma especial, já que nessa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, a educação, a saúde e a cultura, passam a ser considerados como serviços não exclusivos do Estado. Nessa lógica, a educação deixou de ser um direito e passou a

ser considerada um serviço, bem como deixou de ser considerada um bem público, pois passou a ser vista como um serviço privatizado, situação que, sem dúvida, trouxe novas concepções à educação superior. Em decorrência deste contexto houve um crescimento significativo de estabelecimentos privados, em detrimento das instituições públicas, durante o governo FHC, sendo que no conjunto de 1859 instituições de educação superior, 1652, ou seja, 88,9% eram privadas, com uma realidade de expansão no período de 1995 a 2002 de 6,6% das instituições públicas e 17,7% nas privadas. Os dados apontam que, houve um decréscimo na quantidade de estabelecimentos públicos de educação nesse período, apresentando uma grande contradição na educação superior, pois houve uma grande expansão no setor privado. Salientamos, que esse movimento de expansão do sistema superior de ensino, verificado após 1996, não deve ser confundido com democratização, em parte porque não acontece de forma igual em todas as regiões do país, e, por outro lado, por se concretizar pelo viés privado do sistema de ensino. Sousa Junior (2011), destaca que o referido período histórico, no Brasil, foram de forte restrição para a educação superior pública. A política educacional, orçamentária e financeira desse período deu pouca atenção à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Tal situação resultou em crescente deterioração da infraestrutura e em desvalorização dos recursos humanos das instituições federais de ensino superior. Em 2003 assume a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, com discurso de diretrizes programáticas diferente do adotado pelos governos anteriores, considerando a redução das desigualdades sociais como elemento fundamental para o desenvolvimento do país. Conforme Sobrinho e Brito (2008), Lula defendeu, em sua Proposta de Governo (2002), a ação reguladora do Estado sobre o mercado para o enfrentamento da exclusão social, com vistas a garantir cidadania, de fato, a todos os brasileiros. Assim a democratização deveria acontecer sem deixar a educação transformar-se em mercadoria, sendo que a universidade não deveria esquecer o seu papel. O documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, foi a primeira referência do governo Lula, preconizou importantes mudanças educacionais, e destacou a educação como um bem público e social, cabendo ao Estado a responsabilidade sobre sua gratuidade, laicidade e qualidade, e assim, os diferentes níveis da educação passam a ser meta integrante de políticas estratégicas desse governo. Integrado a esta proposta, buscando promover a democratização de acesso à educação superior, foram pensados e formulados vários programas, entre eles ao Programa Expandir, o Reuni, a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), entre outros. Especificamente a partir da gestão Lula em 2003, mesmo mantendo traços de continuidade com relação ao governo anterior, iniciou-se uma nova fase na política voltada para a educação superior no país, marcada por um maior protagonismo do Estado na indução de políticas públicas, atingindo em 2007 entre 2281 instituições de educação superior, o percentual de 81% de instituições privadas, mas com a especificidade de na sua maioria serem faculdades, destacando entre as universidades 52 % serem públicas, consequência da retomada do investimento no setor público. Foram criadas novas universidades federais, assim como várias novas unidades foram propostas em todo o país, de forma atingir o maior número de cidades e a diversidade de estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados percebemos que a expansão do acesso ao ensino superior está longe de resolver a distribuição desigual dos bens educacionais, e o incentivo a privatização tende a aprofundar as condições históricas de discriminação

do direito à educação superior àqueles pertencentes ao setores populares. Destacamos que o período de expansão e retomada do ensino superior público brasileiro no governo Lula se apresenta como expressivo no comparativo, com o de FHC, mas, ainda, insuficiente para atender a todos que poderiam e manifestam interesse de estar neste nível de ensino. Em geral, é possível afirmar que ambos os governos promoveram esforços na busca pela ampliação do ensino superior no país, sendo o governo FHC, a partir do estímulo a instituições privadas de ensino superior, enquanto Lula, sobretudo a partir do fortalecimento das instituições públicas federais.

5. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete de Lins (1997). *A Educação como Política Pública. Polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados. 1997.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob a nova perspectiva. In: *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez, nº 24, 2003.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos (2001). *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov.
- SOBRINHO, J. Dias; Brito, M. R. F. (2008) *La educación superior em Brasil: principales tendencias y desafíos*. Avaliação. Sorocaba, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul.
- SOUSA JUNIOR, L. (2011). A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior. In: *Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Anais. Anpae. p. 1-10